

**ST. VICENT'S ANGLICAN CHURCH IN THE ALGARVE,
PORTUGAL — IGREJA ANGLICANA
DE S. VICENTE NO ALGARVE, PORTUGAL**

Anúncio (extracto) n.º 7283/2007

Certifico que por escritura de 4 de Outubro de 2007, lavrada a fl. 105 do livro de notas para escrituras diversas n.º 93 do Cartório Notarial de Faro da notária Maria Lúcia Gonçalves Lopes, foi alterado o artigo 3.º dos estatutos da associação St. Vicent's Anglican Church in the Algarve, Portugal — Igreja Anglicana de S. Vicente no Algarve, Portugal, com sede na Casa de São Vicente, freguesia de Boliqueime, concelho de Loulé.

4 de Outubro de 2007. — A Notária, *Maria Lúcia Gonçalves Lopes*.
2611057682

**TTZÊZERE — ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA
DE TODO O TERRENO DO ZÊZERE**

Anúncio (extracto) n.º 7284/2007

Constituição de associação

Por escritura de 4 de Outubro de 2007, a fl. 137 do livro de notas n.º 136-L do Cartório Notarial de Tomar do licenciado José Alberto Sá Marques de Carvalho, Foi constituída a associação denominada TTZÊZERE — Associação Cultural e Recreativa de Todo o Terreno do Zêzere, com sede no Apartado 87, freguesia e concelho de Ferreira do Zêzere, pessoa colectiva n.º 508310318, que tem por objecto o seguinte: o clube TTZÊZERE tem por fins a divulgação e a prática, o fomento e a promoção de actividades culturais, recreativas, de lazer e desportivas, motorizadas ou não.

Sendo seus fins:

- Promover e fomentar a prática de condução em todo o terreno;
- Promover reuniões, encontros, passeios, provas e outras actividades recreativas, desportivas e culturais;
- Obter para os seus associados facilidade na aquisição de bens e serviços relacionados com o seu objectivo;
- Colaborar com entidades públicas e privadas na defesa do meio ambiente e da natureza, nomeadamente participando em acções relacionadas com aquele objectivo;

Relacionar-se com as associações congéneres nacionais e estrangeiras.

9 de Outubro de 2007. — O Notário, *José Alberto Sá Marques de Carvalho*.

2611057636

**UNIDOS POR ÁGUAS BOAS — ASSOCIAÇÃO CULTURAL
E RECREATIVA DE ÁGUAS BOAS**

Anúncio (extracto) n.º 7285/2007

Certifico que, por escritura lavrada em 9 de Março de 2007 no Cartório Notarial a cargo da notária Paula Maria Macedo Mesquita Pires de Carvalho e iniciada a fls. 117 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas n.º 39-F, foi constituída a associação com a denominação Unidos por Águas Boas - Associação Cultural e Recreativa de Águas Boas, com sede no lugar de Águas Boas, freguesia de Oiã, concelho de Oliveira do Bairro, cujo objecto é contribuir para a promoção e desenvolvimento cultural, artístico e recreativo da população do lugar de Águas Boas, freguesia de Oiã, e também de todo o concelho de Oliveira do Bairro, facultando-o através do propósito principal.

São órgãos da Associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Os associados têm duas categorias, efectivos e beneméritos. São associados efectivos todas as pessoas singulares ou colectivas que, sendo maiores de 14 anos, paguem antecipadamente uma quota mínima, semestral ou mensal, em montantes a definir pela assembleia geral. São associados beneméritos as pessoas singulares ou colectivas isentas do pagamento obrigatório de jóia e quotas e cuja prática de actos de benemerência em favor da associação, mereça essa qualificação.

São receitas da associação o produto das jóias e quotas; os donativos, participações e subsídios recebidos; o produto das subscrições ou da realização de concursos, espectáculos ou outras acções de recolha de fundos, os rendimentos do capital ou patrimoniais; outras receitas.

Está conforme.

9 de Março de 2007. — A Notária, *Paula Maria Macedo Mesquita Pires de Carvalho*.

2611057548



PARTE L

**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Aviso n.º 21 067/2007

Procedimento concursal para provimento do cargo de chefe de divisão de Apoio Jurídico da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT)

1 — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que, conforme meu despacho de 29 de Junho de 2007, vai ser publicitada, na bolsa de emprego público, a abertura de procedimento concursal para provimento do cargo de chefe de divisão de Apoio Jurídico da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, previsto nos termos conjugados da alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, e dos n.ºs 1, 2.4, alínea b), e 3.4.2, todos do anexo constante do despacho n.º 12 166/2007, que aprovou a estrutura flexível da CCDRLVT e que se encontra publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 116, de 19 de Junho de 2007.

2 — A indicação dos respectivos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, dos métodos de selecção e da composição do júri constará da publicitação na bolsa de emprego público (BEP), que

se efectuará até ao 3.º dia útil após a data da publicação do presente aviso.

15 de Outubro de 2007. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *António Fonseca Ferreira*.

Aviso n.º 21 068/2007

Procedimento concursal para provimento do cargo de chefe de divisão para a Administração Local da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT)

1 — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que, conforme meu despacho de 3 de Agosto de 2007, vai ser publicitada, na bolsa de emprego público, a abertura de procedimento concursal para provimento do cargo de chefe de divisão para a Administração Local da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, previsto nos termos conjugados da alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, e dos n.ºs 1, 2.4, alínea a), e 3.4.1, todos do anexo constante do despacho n.º 12 166/2007, que aprovou a estrutura flexível da CCDRLVT e que se encontra publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 116, de 19 de Junho de 2007.

2 — A indicação dos respectivos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, dos métodos de selecção e da composição do júri constará da publicitação na bolsa de emprego público (BEP), que se efectuará até ao 3.º dia útil após a data da publicação do presente aviso.

15 de Outubro de 2007. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *António Fonseca Ferreira*.

Despacho n.º 24 913/2007

Nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que, autorizado por meu despacho de 2 de Outubro de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, procedimento concursal de selecção para provimento do cargo de director de serviços de Gestão de Recursos Humanos, Modernização e Qualidade da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (SG MAOTDR).

1 — Área de actuação — a constante no artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril, e do artigo 4.º da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril.

2 — Requisitos legais de provimento — ser funcionário público licenciado, dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo e reunir pelo menos seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

3 — Perfil pretendido — licenciados em Gestão de Recursos Humanos ou em outras áreas das ciências sociais.

4 — Condições preferenciais — exercer ou já ter exercido funções dirigentes de apoio técnico e administrativo aos gabinetes dos membros do Governo e aos demais órgãos e serviços do Ministério, na área em que se insere o cargo a prover; ter vindo a acompanhar a aplicação do PRACE (Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado) e deter formação profissional nas áreas de recursos humanos, formação profissional, modernização e qualidade e SIADAP.

5 — Métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista profissional.

6 — Formalização das candidaturas:

6.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento dirigido à Secretaria-Geral, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo

fixado para apresentação das candidaturas, para a Rua de O Século, 51, 3.º, 1200-433 Lisboa.

6.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação (nome, estado civil, residência, código postal e telefone);
- b) Categoria, vínculo e serviço a que pertence;
- c) Indicação do concurso a que se candidata, mediante referência ao presente aviso de abertura.

6.3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) Currículo profissional detalhado, actualizado, datado e assinado, do qual constem, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exerce e exerceu, com indicação dos respectivos períodos de permanência nos serviços e actividades relevantes, bem como indicação das acções de formação profissional frequentadas, entidades que as promoveram, período em que as mesmas decorreram e respectiva duração;

b) Declaração, autêntica ou autenticada, passada pelo serviço, devidamente actualizada, da qual conste a existência e natureza do vínculo, a antiguidade, expressa em anos, na actual carreira, bem como a avaliação do desempenho, reportada aos anos relevantes para efeitos de concurso;

c) Declaração das funções que desempenha/desempenhou no âmbito de cargos de dirigentes, emitida pelo serviço;

d) Fotocópia dos documentos autênticos comprovativos das acções de formação frequentadas;

e) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para apreciação do seu mérito.

7 — Os candidatos serão notificados para a realização da entrevista, bem como do resultado do procedimento concursal, não havendo lugar a audiência dos interessados, conforme estabelece o n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

8 — Constituição do júri:

Presidente — Licenciado José Júlio Cordeiro dos Reis Silva, secretário-geral-adjunto do MAOTDR.

Vogais:

Licenciada Ana Maria Pereira Carvalho Veríssimo, directora de serviços Administrativos e Financeiros da Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Prof. Doutor Artur Rocha Machado, docente do Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa.

3 de Outubro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750